As convenções actualizam as tabelas salariais. O estudo de avaliação do impacte da extensão das tabelas salariais teve por base as retribuições efectivas praticadas no sector abrangido pelas convenções, apuradas pelos quadros de pessoal de 2005 e actualizadas com base no aumento percentual médio das tabelas salariais das convenções publicadas em 2006. Os trabalhadores a tempo completo do sector abrangido pela convenção, com exclusão dos praticantes, aprendizes e do residual (que inclui o ignorado), são 657, dos quais 449 (68,3%) auferem retribuições inferiores às convencionais, sendo que 55 (8,4%) auferem retribuições inferiores em mais de 6,6% às das convenções. São as empresas dos escalões entre 21 e 200 trabalhadores que empregam o maior número de trabalhadores com retribuições inferiores às convencionais.

As convenções actualizam, ainda, outras prestações de conteúdo pecuniário, nomeadamente o subsídio de alimentação e assiduidade, com um acréscimo de 2%. Não se dispõe de dados estatísticos que permitam avaliar o impacte destas prestações. Considerando a finalidade da extensão e que a mesmas prestações foram objecto de extensões anteriores, justifica-se incluí-la na extensão.

Com vista a aproximar os estatutos laborais dos trabalhadores e as condições de concorrência entre empresas do sector de actividade abrangido, a extensão assegura para as tabelas salariais e para as cláusulas de conteúdo pecuniário retroactividade idêntica às das convenções.

Tendo em consideração que não é viável proceder à verificação objectiva da representatividade das associações outorgantes e, ainda, que os regimes das referidas convenções são substancialmente idênticos, procede-se à respectiva extensão conjunta.

A extensão das convenções tem, no plano social, o efeito de uniformizar as condições mínimas de trabalho dos trabalhadores e, no plano económico, o de aproximar as condições de concorrência entre empresas do mesmo sector.

Embora as convenções tenham área nacional, a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, pelo que a extensão apenas é aplicável no território do continente.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 35, de 22 de Setembro de 2007, ao qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 575.º do Código do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

As condições de trabalho constantes das alterações dos CCT entre a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e a FESETE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e entre a mesma associação de empregadores e o Sindicato dos Operários da Indústria de Curtumes e outro (produção e funções auxiliares), publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 21 e 28, de 8 de Junho e de 29 de Julho de 2007, são estendidas, no território do continente:

a) Às relações de trabalho entre empregadores não filiados na associação de empregadores outorgante das convenções que se dediquem à actividade de curtumes e

ofícios correlativos, como sejam correias de transmissão e seus derivados, indústria de tacos de tecelagem ou de aglomerados de couro, e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;

b) Às relações de trabalho entre empregadores filiados na associação de empregadores outorgante que se dediquem à actividade económica referida na alínea anterior e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais signatárias.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia após a sua publicação no *Diário da República*.

2 — As tabelas salariais e as cláusulas de conteúdo pecuniário produzem efeitos desde 1 de Janeiro de 2007.

3 — Os encargos resultantes da retroactividade podem ser satisfeitos em prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte ao da entrada em vigor da presente portaria, correspondendo cada prestação a dois meses de retroactividade ou fracção e até ao limite de cinco.

O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*, em 21 de Novembro de 2007.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Portaria n.º 1537/2007

de 5 de Dezembro

Sob proposta do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e da sua Escola Superior de Tecnologia e Gestão;

Considerando o disposto nos artigos 13.º e 31.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Considerando o disposto na Portaria n.º 766-A/2007, de 6 de Julho;

Considerando o parecer favorável da Direcção-Geral do Ensino Superior e sob sua proposta;

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro (estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico), alterada pelas Leis n.ºs 20/92, de 14 de Agosto, e 71/93, de 26 de Novembro, no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho, e no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o seguinte:

1.º

Áreas científicas

As áreas científicas e os créditos que devem ser reunidos para obtenção do grau de licenciado em Cerâmica Artística pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo através da sua Escola Superior de Tecnologia e Gestão são os constantes do anexo 1 desta portaria.

2.º

Plano de estudos

O plano de estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Cerâmica Artística, ministrado pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, criado pela Portaria n.º 766-A/2007, de 6 de Julho, é o constante do anexo II desta portaria.

3.º

Aplicação

O disposto na presente portaria aplica-se a partir do ano lectivo de 2007-2008, inclusive.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Rebelo Pires Gago, em 22 de Novembro de 2007.

ANEXO I

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Grau de licenciado

Cerâmica Artística

Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau

Área científica	Sigla	Créditos
Artes Aplicadas	AA	88
Tecnologia Cerâmica	TC	69
Ciências Complementares	CC	23
<i>Total</i>		180

ANEXO II

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Grau de licenciado

Cerâmica Artística

QUADRO N.º 1

1.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações	
			Total	Contacto			
Linguagem e Técnicas de Representação Gráfica . . .	AA	Semestral	162	TP: 20; PL: 60	6	(a)	
História da Cerâmica	CC	Semestral	162	T: 80	6		
Estética	AA	Semestral	162	T: 60; TP: 20	6		
Projecto Temático I:							
Caracterização de Matérias-Primas Cerâmicas . . .	TC	Semestral	102	PL: 35	4		
DA — Matérias-Primas Cerâmicas	TC	Semestral	100	TP: 50	4		
DA — Caracterização de Materiais	TC	Semestral	122	TP: 80	4		

(a) A aprovação neste Projecto Temático I implica a aprovação em todas as componentes.

QUADRO N.º 2

2.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações	
			Total	Contacto			
Psicologia da Percepção	AA	Semestral	135	T: 68	5	(a)	
Artes Cerâmicas Tradicionais e Contemporâneas . . .	AA	Semestral	162	T: 80	6		
Comportamento Sociedade e Cidadania I	CC	Semestral	162	PL: 78	6		
Projecto Temático II:							
Formulação e Propriedades de Pastas e Vidrados	TC	Semestral	130	PL: 74	5		
DA — Reologia das Suspensões Cerâmicas	TC	Semestral	86	TP: 50	3		
DA — Vidrados, Esmaltes e Engobes	TC	Semestral	135	TP: 55	5		

(a) A aprovação no Projecto Temático II implica a aprovação em todas as componentes.

QUADRO N.º 3

3.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Design Estratégico	AA	Semestral	135	T: 68	5	(a)
Projecto Temático III:						
Conformação de Azulejos e Mosaicos	TC	Semestral	78	PL: 55	3	
DA — Tecnologia Cerâmica I	TC	Semestral	135	TP: 60	5	
DA — Modelação I	TC	Semestral	102	TP: 20; PL: 30	4	
Projecto Temático IV:						(b)
Painéis Cerâmicos	AA	Semestral	90	PL: 52	3	
DA — Técnicas de Gravação e Impressão.	AA	Semestral	135	TP: 60	5	
DA — Desenho Técnico Assistido por Computador	AA	Semestral	135	TP: 60	5	

(a) A aprovação no Projecto Temático III implica a aprovação em todas as componentes.
 (b) A aprovação no Projecto Temático IV implica a aprovação em todas as componentes.

QUADRO N.º 4

4.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Projecto Temático V:						(a)
Aplicações Cerâmicas em Espaços Urbanos	AA	Semestral	70	PL: 40	2	
DA — Cerâmica em Ambiente Urbano	AA	Semestral	86	TP: 50	3	
DA — Atelier do Produto Cerâmico I	AA	Semestral	135	TP: 81	5	
Projecto Temático VI:						(b)
Recuperação de Peças Cerâmicas	AA	Semestral	70	PL: 44	3	
DA — Técnicas de Recuperação em Cerâmica	AA	Semestral	98	TP: 60	4	
Conservação e Restauro de Materiais Cerâmicos	AA	Semestral	81	T: 30	3	
Secagem e Cozedura	TC	Semestral	135	TP: 50	5	
Gestão Integrada de Projectos	CC	Semestral	135	T: 20; TP: 30	5	

(a) A aprovação no Projecto Temático V implica a aprovação em todas as componentes.
 (b) A aprovação no Projecto Temático VI implica a aprovação em todas as componentes.

QUADRO N.º 5

5.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Estudo de Casos em Design	AA	Semestral	81	T: 40;	3	(a)
Projecto Temático VII:						
Conformação de Louça	TC	Semestral	124	PL: 64	5	
DA — Tecnologia Cerâmica II	TC	Semestral	135	TP: 60	5	
DA — Modelação II	TC	Semestral	90	TP: 20; PL: 30	4	
Projecto Temático VIII:						(b)
Decoração Cerâmica	AA	Semestral	110	PL: 50	3	
DA — Técnicas de Decoração e Pintura Cerâmica	AA	Semestral	135	TP: 60	5	
DA — Atelier do Produto Cerâmico II	AA	Semestral	135	TP: 81;	5	

(a) A aprovação no Projecto Temático VII implica a aprovação em todas as componentes.
 (b) A aprovação no Projecto Temático VIII implica a aprovação em todas as componentes.

QUADRO N.º 6

6.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Reciclagem e Novos Materiais	TC	Semestral	81	TP: 40	3	(a) (b)
Comportamento Sociedade e Cidadania II	CC	Semestral	162	PL: 78	6	
Projecto Temático IX (Opção A):						
Projecto Industrial	TC	Semestral	107	PL: 92	2	(a) (b)
DA — Segurança e Higiene na Indústria	TC	Semestral	135	TP: 50	4	
DA — Qualidade e Organização na Indústria	TC	Semestral	135	TP: 50	4	
Projecto Temático IX (Opção B):						
Restauração e Conservação das Construções	TC	Semestral	107	PL: 92	2	(a) (b)
DA — Materiais Cerâmicos Construtivos	TC	Semestral	135	TP: 50	4	
DA — Patologias das Construções	TC	Semestral	135	TP: 50	4	
Projecto Final	AA	Semestral	190	PL: 100	11	

(a) A escolher uma das opções.

(b) A aprovação no Projecto Temático IX implica a aprovação em todas as componentes.

Portaria n.º 1538/2007**de 5 de Dezembro**

Sob proposta do Instituto Politécnico de Bragança e da sua Escola Superior de Educação;

Considerando o disposto nos artigos 13.º e 31.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Considerando o disposto na Portaria n.º 766-A/2007, de 6 de Julho;

Considerando o parecer favorável da Direcção-Geral do Ensino Superior e sob sua proposta;

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro (regime jurídico das instituições de ensino superior), no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho, e no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o seguinte:

1.º

Áreas científicas

As áreas científicas e os créditos que devem ser reunidos para obtenção do grau de licenciado em Línguas Estrangeiras: Inglês e Francês pelo Instituto Politécnico de Bragança através da sua Escola Superior de Educação são os constantes do anexo I desta portaria.

2.º

Plano de estudos

O plano de estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Línguas Estrangeiras: Inglês e Francês, ministrado pela Escola Superior de Educação

do Instituto Politécnico de Bragança, criado pela Portaria n.º 766-A/2007, de 6 de Julho, é o constante do anexo II desta portaria.

3.º

Estágio

A unidade curricular denominada «Observação e Intervenção em Contextos Profissionais» realiza-se nos termos fixados por regulamento a aprovar pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior.

4.º

Aplicação

O disposto na presente portaria aplica-se a partir do ano lectivo de 2007-2008, inclusive.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*, em 22 de Novembro de 2007.

ANEXO I

Instituto Politécnico de Bragança**Escola Superior de Educação**

Grau de licenciado

Línguas Estrangeiras: Inglês e Francês

Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau

Área científica	Sigla	Créditos
Inglês	ING	105
Francês	FRA	65
Tecnologias de Informação e Comunicação	TIC	10
<i>Total</i>		180